



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta 24 e quinta 25 de junho de 2015

FOTOS: LINDIVALDO RIBEIRO/CBS



Segundo o MPE, Governo do Estado é quem irá decidir de que forma dará eficiência ao atendimento no Hospital da Polícia Militar

“É possível sim que o Hospital da Polícia seja voltado para atendimento da sociedade”, diz Promotor de Justiça, Antônio Forte

Correio de Sergipe - 24 e 25/06/2015

MPE quer que HPM atenda pacientes do SUS

Prazo estipulado pelo Ministério Público ao Governo do Estado para se manifestar sobre a recomendação é de 60 dias

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria da Saúde, recomendou que o Governo do Estado adote uma política pública para que o atendimento no Hospital da Polícia Militar (HPM) seja expandido à população de Sergipe através do Sistema Único de Saúde (SUS). O prazo dado ao Governo do Estado para se manifestar sobre a recomendação é de 60 dias. “O objeto da recomendação é que o governador dê eficiência ao atendimento do HPM, que abra o atendimento à sociedade e que não seja mais restrito aos militares. Essa já é uma realidade vista em outros estados, a exemplo de Ceará e Rio Grande do Norte. É possível

sim que o HPM seja voltado para atendimento da sociedade”, diz Antônio Forte, Promotor de Justiça. De acordo com o MPE, a recomendação foi fundamentada na subutilização do HPM e com base na superlotação do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF). “Esse é um procedimento antigo, desde 2013 que estamos com esse projeto. Fizemos visitas ao HPM, reuniões, relatórios, percebemos a atual conjuntura da saúde com a superlotação do Hospital Governador João Alves e essa situação da bactéria, que exigiu leitos de enfermaria e de UTIs, e o próprio Estado dispunha desses leitos que estavam sendo subutilizados. O HPM tem cinco leitos de UTI prontos e equipados, existem 20 leitos

“

Basta que o Executivo tome as providências necessárias”

Alex Maia |
Promotor de Justiça

de enfermaria, aptos ao recebimento e com aparelhos de última geração. E, no entanto, o hospital está sendo subutilizado”, afirma. Forte lembra que a recomendação não é direcionada à política pública. O Estado é quem irá decidir de que forma dará eficiência ao atendimento do HPM. “O modelo vai ser

adotado pelo Estado, seja hospital de retaguarda do HGJAF, seja porta aberta. O modelo de atuação do HPM a ser escolhido fica por parte do governo do Estado. Ele é o órgão competente para adotar política pública, mas da mesma forma que existem outros hospitais movidos pelo SUS, obviamente englobando o SUS, o HPM irá receber recurso federal, estadual e convênios”, adianta o promotor.

• Prazo

Em 60 dias, o Governo do Estado terá que apresentar posicionamento contrário ou a favor da recomendação. Caso ele se recuse, o MPE adotará as medidas cabíveis. “Essa recomendação de forma efetiva é o primeiro passo previsto em lei que o MPE toma

dentro do inquérito civil, então estamos recomendando que o Governo, dentro de 60 dias, utilize-se de tratativas para dar eficiência ao HPM. Se porventura não for feito, a lei também prevê as medidas e nós adotaremos, mas esperamos que o Governador adote as providências considerando os elementos utilizados em nossa fundamentação”, ressalta Antônio Forte. O Promotor de Justiça, Alex Maia, lembra que o ponto de discórdia que havia em relação a expandir o atendimento do HPM à sociedade estava ligado a questões legais. “Essa era uma celeuma antiga e de longa data. A sociedade sergipana já questionava porque o HPM não abria as portas. Fomos verificar na lei de regência, o edital pelo qual

ingressaram os profissionais de saúde no HPM e verificamos que não há impedimento algum, portanto a readequação do quadro, a utilização do hospital e a sua destinação final pública não depende de ato legislativo, basta que o executivo tome as providências necessárias”, conclui.

• Polícia Militar

De acordo com o relações públicas da Polícia Militar, tenente-coronel Paulo Paiva, “o HPM dispõe de estrutura que permita equacionar essa situação e quem sabe atender outros usuários. Isso não quer dizer que haverá proposta excludente dos policiais, mas, apenas que o Hospital da Polícia Militar contemple maior número de usuários do sistema.